



labrys, études féministes/ estudos feministas
janvier/juin 2010 -janeiro/junho 2010

A grande “conquista”: o Dia Internacional da Mulher. E agora, Marias?

Diva do Couto Gontijo Muniz

Resumo:

O presente texto é uma reflexão crítica e feminista sobre o Dia Internacional da Mulher, evento comemorativo que, ao ser domesticado, inscreve o momento histórico das mulheres e dos feminismos em um tempo mítico e a-histórico. Dentre os diferentes aportes discursivos utilizados na comemoração, priorizei, na análise, os textos/imagens veiculados pelo *Correio Braziliense*. Nesse, as evidências de um investimento discursivo que re-atualiza e re-naturaliza construções da ordem cristã patriarcal, androcêntrica e patriarcal, já amplamente questionadas e expostas pela crítica feminista.

Palavras-chave: Dia Internacional da Mulher, feminismos, gênero, desigualdade, poder.

O feminismo acabou?

A luta das mulheres se deslegitimou?

A igualdade de gênero se instalou?

A lógica da partilha binária se estilhaçou?

A violência de gênero cessou?

A misoginia terminou?

O sexismo findou?

O repertório de preconceitos e estereótipos se desmantelou?

O mito do amor materno se quebrou?

A protagonização política das mulheres se efetivou?

A presença das mulheres na história se explicitou?

O referente masculino, singular e universal se esgarçou?

A transformação nas relações entre as pessoas se processou?

O sonho acabou?

As comemorações do Dia Internacional da Mulher acionaram em mim, historiadora e feminista, memórias de um passado de lutas, laços de pertencimento coletivo, sentimentos de indignação e de repulsa, e ainda a velha chama que me ilumina e me impulsiona como sujeito político e histórico, alimentada pelo desejo e pela exigência de fazer a crítica do social. São sentimentos/emoções/necessidades que, decididamente, supunha-os já apaziguados, pois racionalmente retidos, contidos, constrangidos e escondidos sob a capa do silêncio que comodamente construí para mim. Foi, esse, o lugar onde os coloquei talvez como estratégia, mais de acomodação do que de luta, para transitar na academia, esse espaço ainda profundamente misógino e, sobretudo, no campo de saber onde atuo, reconhecidamente viril, soletrado no masculino. A opção feita traduz, por certo, desilusões, desesperanças e

um certo cansaço quanto aos embates travados cotidianamente em defesa do projeto político feminista de transformação das relações humanas.

A escolha da prática do silêncio, possivelmente a mais rasteira e confortável, mas, com certeza, não a mais corajosa e combativa, poupou-me alguns constrangimentos, muitas piadinhas infames e vários debates estéreis. Particularmente estes, porque atravessados não pela vontade de saber, pelo desejo de dialogar e de mudar, mas por posições irreduzíveis quanto à imposição de verdades questionáveis, defendidas como certas e indiscutíveis, como dogmas. Ao mesmo tempo, ela reforçou minha posição política de não reafirmar a partilha binária e hierárquica do humano, de não abastecer essa história sem fim de dominação e exclusão entre feminino e masculino, que alimenta diferentes interesses e múltiplas práticas discursivas e não discursivas (MUNIZ, 2008: 126). A opção pelo direito do exercício do silêncio não apenas como direito que me cabe mas também para não reafirmar aquela construção histórica que fragmenta o ser humano, “dividindo-o entre um lado supostamente masculino e racional e outro feminino e emocional”, como nos ensina Rago (1998: 94).

Não obstante tal decisão, “cansada da guerra”, tal como Tereza Batista, fui, porém, de imediato, interpelada pelas imagens/significações/verdades veiculadas pela mídia no “Dia Internacional da Mulher”. Como não questionar esse evento comemorativo que, ao ser domesticado, inscreve o movimento histórico das mulheres em um tempo mítico, a-histórico? Como não manifestar minha denúncia e recusa ao assujeitamento a tal ritualização que faz *tábula rasa* das conquistas históricas dos movimentos feministas e, engenhosamente, re-atualiza e re-naturaliza o que já foi suficientemente desnaturalizado pela crítica feminista? Como não denunciar e expor a permanência do sexismo informando as construções/imagens veiculadas nessa ritualização? Como não deixar de fazer a crítica ante a proliferação de discursos sobre a “verdadeira mulher”, que tal

comemoração forja, informa e forma?

À “verdadeira mulher” é dedicado o “Dia Internacional da Mulher”. À mulher “feminina, não feminista”, pois, afinal, como sublinha Tânia Navarro Swain, “a palavra ‘feminista’ ainda é carregada de sentidos pejorativos, pois perturba a ordem do discurso/estruturas de poder” (SWAIN, 2007: 308). Tal denominação não apenas reafirma o “feminina” mas, sobretudo, o singular “mulher”, categoria que “designa todas as mulheres num mesmo contorno e o ‘homem’, o universal, a humanidade, a ‘imagem e semelhança’” (Idem, ibidem: 298). Sob essa perspectiva sexista do conhecimento, a imagem cristalizada “da mulher” seqüestra e enclausura todas as mulheres, descartando o múltiplo nas/das relações sociais, a imensa diversidade das mulheres, a riqueza das experiências plurais que as configuram como tais.

Não há como não deixar de ressaltar na criação e naturalização da “imagem da mulher”, a força instituidora do “referente/masculino” para se apontar o “diferente/feminino”, operada por práticas discursivas e não discursivas, que erigem e fundam o masculino como *locus* de poder. Os feminismos, ao fazer a crítica à lógica dos referentes, da posição de sujeito e das identidades sociais e culturais, atingiram verdades até então intocáveis e não problematizáveis da ordem cristã, androcêntrica e patriarcal. Certezas foram, então, desestabilizadas e desnaturalizadas, dentre elas, a “natureza” humana, fundamento da divisão binária e hierárquica do mundo (Idem, ibidem: 298).

Porém, não obstante a luta travada para a obtenção de espaços e lugares de fala, não apenas em termos de direitos políticos e civis, mas também da própria existência das mulheres como sujeitos de suas ações, como sujeitos políticos, é ainda forte a permanência do “referente” nas representações e auto-representações que muitas mulheres, para não falar dos homens, fazem de si e das outras. É o caso, preocupante, da crônica veiculada no *Correio Braziliense*, por ocasião das comemorações do “Dia

Internacional da Mulher”. De seu lugar de fala, a autora, jornalista autorizada, define, e ensina a definir, “o que é uma mulher”:

“A mulher só existe no contraste com o homem e essa não é uma questão feminista, machista ou sexista, nem biológica nem psicológica nem antropológica. Somente diante de um homem existe uma mulher”. (FREITAS, 2010: 35).

Reafirmam-se, nessa definição, imagens/concepções/significações fundantes da ordem patriarcal cristã e falocêntrica: o referente masculino, universal; a divisão “natural” entre os sexos, com sua ancoragem na “diferença sexual”; a existência de uma “essência” determinante do indivíduo, uma coerência interna que representa o eu mais profundo (SWAIN, 2007: 305). Na direção contrária à da leitura da autora, defendo que se trata de uma questão feminista e, por conta disso, histórica. Com efeito, a instituição da imagem da “mulher”, da “verdadeira” mulher, tem historicidade, inscreve-se nas condições de produção e de imaginação de um tempo social e cultural, é produto e processo de complexas tecnologias políticas, integra o regime de verdade de uma dada formação social em um dado tempo histórico.

Representar e significar as mulheres como indivíduos desprovidos de existência própria, como seres a-políticos, que vivem em função do outro, definidos em função do outro, é investimento discursivo particularmente visível na mídia comemorativa do “Dia Internacional da Mulher”. Textos imagéticos, com forte apelo a corpos bonitos, saudáveis e desfrutáveis de mulher, para vender mercadorias e também a ilusão de sucesso subjacente ao seu consumo, povoam os espaços do jornal, sublinhando aqueles sentidos estabelecidos como próprios da “natureza”, da “essência feminina”. É o que se evidencia na propaganda do Brasília Shopping, em sua homenagem ao Dia Internacional da Mulher, ao veicular a imagem de uma linda mulher, a “verdadeira mulher”. Tal como

o shopping, espaço comercial onde se vende de tudo e onde “tudo combina”, aquela é também a combinação perfeita da “filha, irmã, amiga, esposa, mãe” que habitam “toda mulher”, independentemente de suas escolhas pessoais, profissionais e existenciais (*Revista do Correio*, Edição Especial, Domingo, 07/03/2010: 27).

Assim, sob esquemas interpretativos que localizam na natureza o resultado de invenções sociais e históricas, a modelagem da “verdadeira mulher” do século XXI pouco difere das anteriores, tributária da “rainha do lar” do século XIX, para não falar da “santa mãezinha” do século XVI. Nessa criação do “ser mulher”, a permanência da violência contra as mulheres, atreladas à condição biológica, e portanto imutável, de seres a-históricos, despojados de si e condenados a uma existência cujo sentido é viver para o outro no espaço da domesticidade, que é, afinal, “o seu lugar”.

Com efeito, o lugar da “filha, irmã, amiga, esposa, mãe” não é, por certo, o da política, da guerra, da economia, do exercício profissional, do trabalho remunerado. Esses são o imutável lugar de domínio masculino, como o texto subrepticamente define, afirma e ensina. Parece-me que politizar o pessoal e o privado, como propõem as feministas desde os anos 1970, não se revelou estratégia eficiente para valorizar o privado, a domesticidade, dimensões do social estigmatizadas pela lógica de um político redutor e androcêntrico. No campo da história, significativamente, a visibilidade historiográfica das mulheres, sua inclusão nesse discurso, processou-se de forma diferenciada e desigual. A presença das mulheres tornou-se visível, mas inserida nos domínios da privacidade, do cotidiano, do imaginário, da sexualidade, da subjetividade e não os da política, da economia e da guerra, dimensões do social ainda significadas pela comunidade como mais relevantes. Como bem salienta Tânia Navarro Swain,

“não pode existir uma ação mais política que construir um domínio do ‘privado’ para nele enclausurar as

mulheres; entretanto, os discursos sobre a maternidade, o destino biológico das mulheres, encobriu nessa estratégia social autoridades diversas, desde a filosofia até a religião, passando pela biologia, psicanálise, antropologia, história e assim por diante”. (SWAIN, 2007: 309).

Outra violência praticada contra as mulheres, uma evidência de que “elas ainda não conseguiram seus objetivos”, é a desigualdade de salários. A mídia ressaltou a inferioridade dos salários das mulheres em relação aos dos homens, nos cadernos destinados à economia, nas edições comemorativas do Dia Internacional da Mulher, já que se trata de tema que interessa à lógica voraz da economia de mercado. Segundo matéria assinada por Vânia Cristino, do *Correio Braziliense*,

“em 2002, havia 11.418.562 mulheres trabalhando formalmente no país. Em 2008, esse estoque saltou para 16.206.585, num crescimento de 40,9%. No mesmo período, a quantidade de homens trabalhando com carteira assinada passou de 17.265.351 para 23.234.981, um salto de 34,5%. Elas conseguem colocação nas empresas, mas o salário pago é inferior ao dos homens. O mercado de trabalho ainda é perverso para as pessoas do sexo feminino. Segundo dados do RAIS, as mulheres ganham menos em todas as faixas etárias analisadas” (CRISTINO, 2010: 16).

Além de salários inferiores, a violência de gênero nas relações do mundo do trabalho traduz-se também no índice de desemprego entre mulheres superior aos dos homens. Segundo Danielle Santos, “19% das mulheres estão fora do mercado de trabalho, enquanto no universo masculino esse número só chega a 10%” (SANTOS, 2010: 08).

Reverberam, nas discriminações assinaladas, preconceitos de gênero, historicamente criados e cristalizados no imaginário social brasileiro. Criações, essas, fundadas na suposta inferioridade do feminino em relação ao masculino, na teoria da fragilidade estrutural do sexo feminino, na

idéia do sexo feminino atrelado à natureza. Esta, na perspectiva do conhecimento tradicional ocidental, corresponde à passividade, ao que é apropriado, à uma posição de inferioridade em relação à cultura (SELEM, 2007: 43).

Preconceito, esse, que perpassa e alimenta/realimenta o preconceito identificado pela diretora da OIT Brasil, Laís Abramo, ao fazer sua avaliação sobre a preferência dada aos homens em detrimento às mulheres, com igual qualificação, no mercado de trabalho, à luz da ótica capitalista:

“A mulher ainda é vista como aquela que pode dar mais trabalho do que o homem, no sentido de gerar gastos para a empresa, seja por causa de uma licença maternidade ou de outra atribuição que lhe é conferida em casa” (SANTOS, 2010: 08).

Inúmeras outras práticas de violência contra as mulheres, material e simbólica, passam ao largo da pauta na imprensa comemorativa do Dia Internacional da Mulher. O *Correio Braziliense*, por exemplo, não confere nenhum destaque à violência doméstica, prostituição, estupro, tráfico de mulheres, cárceres privados, casamentos forçados, assassinatos, leilão e prostituição de meninas, lapidações e mutilações diversas. Afinal, a fila anda e a ritualização, a homenagem, tem em vista inclusive criar a memória de que o mundo mudou, o sexismo findou, as mulheres chegaram lá...

Sob a última perspectiva, aquele jornal dedica seu encarte de domingo, *Revista do Correio*, “à todas as mulheres de Brasília”. Essa edição contempla, dentre várias matérias alusivas ao tema, alguns relatos de vida enviados pelas leitoras, com textos, depoimentos, fotos, poses, moda e modos, tudo aquilo a que têm direito como integrantes instantâneas do mundo midiático das celebridades. Todos os relatos selecionados falam de mulheres bem sucedidas, fortes, resolvidas, procriadoras, emancipadas,

amadas e maternais. São mulheres que conseguem “combinar”, com sucesso, vida profissional e familiar. Há, ainda, nessa edição, o destaque para as personalidades “As mais mais”, mulheres que mais se destacaram em suas áreas de atuação. Um e outro conjunto apresentam aqueles traços comuns que desenham a imagem da “verdadeira mulher”, da “moderna mulher”. Na avaliação de Claudiene dos Santos, professora de psicologia da Universidade Católica de Brasília, isso ocorre porque:

“Todas elas têm um pouco das características que toda mulher tem ou quer ter. Elas são mulheres que cumprem bem diversos papéis: o de mãe, mulher, profissional, engajada, bonita e autêntica”. (LIMA, 2010: 05)

Como se pode ver, é forte a ressonância da imagem da “antiga mulher” modelando a da “moderna mulher”, ambas fundadas na suposta essência biológica, natural, feminina. A reprodução do “natural”, sinalizada na utilização constante e sistemática do singular “a mulher”, reafirma o destino de todas as mulheres, incontornavelmente ligado ao ventre e à maternidade porque, fora disso, é o fracasso, a incapacidade, o desvio.

Significativamente, naqueles relatos, a receita de sucesso da “mulher moderna”, exige a experiência da maternidade, a capacidade de doação de si em função do outro, a habilidade de saber “combinar” vida pessoal, família e profissional. Cabe-nos insistir na crítica, perguntando se, e sobretudo como, as mulheres, em seus processos de subjetivação, submetem-se à “fórmula de sucesso” em que tudo combina, como anunciado na propaganda do Brasília Shopping. E a diversidade das experiências constitutivas dos sujeitos, das mulheres, sujeitos históricos e políticos? Para ser e ser reconhecida como “verdadeira mulher”, ou melhor, como pessoa, pois aquela não existe, é preciso apagar o múltiplo que em nós habita e nos constitui como sujeitos históricos? É preciso aplinar e esconder a eclosão da pluralidade, da diversidade, da singularidade e reduzir-se à homogeneidade empobrecedora que nos

torna estrangeiras de nós mesmas? É preciso continuar a luta. O feminismo não acabou. O sonho não acabou. Amém.

Nota biográfica

Diva do Couto Gontijo Muniz é mineira, doutora em História pela Universidade de São Paulo, professora da Universidade de Brasília. Atua na graduação – Historiografia e História do Brasil Império e História das Mulheres – e na pós-graduação – História Social e Estudos Feministas e de Gênero (em extinção). Desenvolve pesquisas nos campos de História e Historiografia do Brasil Império, História das Mulheres e História, Gênero e Educação. Publicou livros e inúmeros artigos e capítulos de livros, reflexões históricas inscritas naquelas áreas e em torno daqueles recortes temáticos, dentre eles: Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais no século XIX (1834-1892) e Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas, em co-organização com Tânia Navarro Swain.

Referencias bibliográficas:

CRISTINO, Vânia. Elas ganham menos. In: *Correio Braziliense*, Caderno Economia, Segunda, Brasília, 09/03/2010.

FREITAS, Conceição. Crônica da cidade. In: *Correio Braziliense*, Caderno Cidadania, Brasília, 05/03/2010.

LIMA, Dominique. In: *Revista do Correio*. Edição Especial. *Correio Braziliense*, Domingo, Brasília, 07/03/2010.

SANTOS, Danielle. Feminino desigual. N: *Correio Braziliense*, Caderno Trabalho, Brasília, 05/03/2010.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre gênero, sexualidade e o Segredo de Brokeback Mountain: uma história de aprisionamentos. In: STEVENS, Cristina M.T. e SWAIN, Tânia Navarro (orgs.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. In: *Cadernos Pagu: trajetórias do gênero. Masculinidades*. Campinas: NEG/UNICAMP,

v.11, 1998.

SELEM, Maria C. Orlato. *A Liga Brasileira de Lésbicas*: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica. Brasília. PPGHIS/UnB. Dissertação de mestrado. 2007.

SWAIN, Tânia Navarro. Entrevista. In: *Textos de História*. Dossiê: A escrita da História: os desafios da multidisciplinaridade. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, v.15, n.1/2, 2007.



labrys, études féministes/ estudos feministas
janvier/juin 2010 - janeiro/junho 2010